

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO E NO BRASIL

Data de aceite: 03/07/2023

Uilson Paulo Rezende Pereira

<http://lattes.cnpq.br/1521927742256456>

A educação ambiental no mundo tem como marco inicial a década de 1970, período este que ocorreram alguns eventos muito importantes para a Educação Ambiental, a exemplo da “Conferência de Estocolmo”, ou Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente em 1972; o Encontro Internacional em Educação Ambiental, realizado em Belgrado (hoje capital da Sérvia), foi instituído, o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), sob o apoio da UNESCO e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1975 e Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, também conhecida como Conferência de Tbilisi, em Belgrado, capital da Geórgia em 1977.

Essa preocupação também é explicitada na leitura dos encontros que tiveram lugar em Estocolmo, no ano de

1972, conscientizando a todos acerca da responsabilidade que devem ter sobre as questões ambientais. Daí a necessidade de uma perspectiva inter e transdisciplinar, considerando que o ensino é um caminho sensibilizador da realidade em relação aos problemas do meio ambiente.

Três anos depois, em 1975, ocorreu outro evento com tema: Encontro Internacional em Educação Ambiental, realizado em Belgrado (atual capital da Sérvia), foi estabelecido o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), com base estrutural da UNESCO e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Todavia, o referido programa produziu diversos livros, revistas e informes com guias curriculares para educação ambiental, com ênfase em um ensino baseado em interdisciplinaridade, reflexão crítica e resolução de problemas no âmbito educacional.

Em Tbilisi, no ano de 1977, já havia uma visão crítica em relação a uma educação focada no meio ambiente,

significando que a Educação Ambiental está englobando o contexto político, cultural e ético para a sociedade como um todo. A Educação Ambiental é uma realidade que facilita a integração de trabalhos educativos propiciando uma relação intrínseca entre escola e meio socioambiental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abrem concordância com os dizeres acerca do problema ambiental e suas abrangências. A citação (BRASIL, 1997, p. 14) a seguir reforça a ideia de que:

A vida cresceu e se desenvolveu na Terra como uma trama, uma grande rede de seres interligados, interdependentes. Essa rede entrelaça de modo intenso e envolve conjuntos de seres vivos e elementos físicos. Para cada ser vivo que habita o planeta existe um espaço ao seu redor com todos os outros elementos e seres vivos que com ele interagem, através de relações de troca de energia: esse conjunto de elementos, seres e relações constitui o seu meio ambiente.

É no contexto escolar que a Educação Ambiental deve estar em conformidade com aspectos documentais e satisfazer, com certeza, as reais necessidades humanas; por isso, deve sempre desenvolver criticidade nas suas reflexões, fato que não se percebe no cotidiano. É relevante que a formação de professores se torne uma discussão sobre essa realidade e que ressalte a imponência das políticas públicas de Educação Ambiental em conformidade com as temáticas postas em discussão na sala de aula. A Educação Ambiental precisa estar inserida em um contexto de comunidade educativa e é nesse cenário que devemos compreender a formação de professores como uma via de processo para estabelecer relação entre a EA e as Políticas Públicas de Educação Ambiental (PPEA), conforme apresenta Lopes (2002, p. 43):

Há necessidade de trabalhar a Educação Ambiental relacionada a um planejamento participativo. O autor determina que “a ação de planejar implica a participação ativa de todos os elementos envolvidos no processo de ensino; deve priorizar a busca entre a teoria e a prática; o planejamento deve partir da realidade concreta (aluno, escola, contexto social.); deve estar voltado para atingir o fim mais amplo da educação”.

Na verdade, o zelo que a todos compete pelo meio ambiente está dimensionado na política dos municípios que demonstram grande preocupação com o destino e a preservação do meio natural; porém, associado a isso se deve chamar a atenção para uma sensível relação educativa e formação ligada ao meio ambiente de adolescentes e jovens estudantes.

Educadores com formação ambiental podem tratar a questão como um novo descobrimento, fazendo da escola um espaço transformador e prático, pois, conhecendo a teoria, fica mais fácil a sua construção junto ao aluno e, com isso, as temáticas ambientais passam a ser discutidas com proveito no contexto da comunidade.

A viabilidade de desenvolver a EA e as PPEA na formação de pedagogos e professores da rede de ensino contribui para o despertar de uma reflexão sobre o histórico-cultural do município, e, de forma ativa, além de construtiva, ampara as discussões com

o propósito de diminuir os impactos sobre o ambiente da comunidade, desenvolvendo a cidadania.

A atividade educativa voltada para a Educação Ambiental passa a ser uma ação responsável, estabelecendo laços afetivos e com resultados concretos em longo prazo na comunidade. Nesse contexto, a Educação Ambiental é uma forma preventiva de lutar contra os problemas ambientais da comunidade e o seu papel é combater o caos que a sociedade está vivendo neste século, envolvendo desde as questões urbanas até as rurais, e buscando melhor qualidade de vida para a humanidade. Essa é a visão de Reis Júnior (2003, p. 68):

As questões referentes ao meio ambiente devem receber tratamento diferenciado, segundo a localidade ou escola, os seus interesses e particularidades, para que os alunos compreendam as noções básicas sobre meio ambiente, [...] como também outros temas contemporâneos, deverá ser tratada num contexto em que haja interação com as outras áreas do conhecimento convencional, a fim de estar presente em todas elas, relacionando-se com questões da atualidade.

É relevante destacar a contextualização e o nascimento das questões que serão abordadas no presente trabalho, os enfoques metodológicos e o local da pesquisa e, depois, as teorias da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, as quais são a base para o professor que tem bom planejamento fazer abordagens teóricas para facilitar o seu trabalho de EA.

Os PCNs colocam de forma explícita todos os aspectos problemáticos que o professor pode inserir em seus planejamentos junto à comunidade educativa. Os apontamentos feitos no decorrer demonstram que as políticas públicas de Educação Ambiental, de forma bem elaborada e planejada, são grandemente aceitas pela comunidade da escola; porém, é viável colocar de forma clara as questões relativas à Educação Ambiental no contexto do MERCOSUL e do Brasil.

É viável também destacar que a crise ambiental e a crise educacional podem fragilizar o papel educativo e a formação crítica dos educandos; por isso, necessita-se de um professor que tenha formação contínua. É importante salientar que uma comunidade educativa, que põe em discussão a EA e as questões políticas, pode repassar de forma peculiar para seus alunos a sua realidade; dar vez a novos conhecimentos e trazer à tona novos horizontes, tornando a Educação Ambiental um processo de inter-relação entre a sociedade e o meio natural.

É relevante também apresentar um propósito de trabalho prático para a comunidade de professores após perceber que há uma necessidade de abordar conhecimentos sobre as PPEA e EA na formação de professores.

A educação ambiental trilhou novos caminhos a partir dos anos 1980, na qual ocorreu uma revisão na noção de educação ambiental como algo centrado na preservação ambiental. A tendência pedagógica da educação ambiental vai se separar do foco de

preservação ambiental para explorar uma aparência mais complexa, que sugere a missão de avançar na direção de uma educação ambiental refletida como educação política. Os anos de 1980 foram muito relevantes para a educação ambiental, principalmente na esfera internacional, tendo em vista, que em diversos países surgiram manifestações pela inclusão da disciplina Educação ambiental no currículo, em todos os níveis de ensino.

No ano de 1981 foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), que defendia a abrangência da educação ambiental em todos os níveis de ensino. Essa perspectiva vai ser recepcionada na Constituição Federal, promulgada em 1988, que estabelece, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Nos anos 1990 encontramos importantes avanços nas discussões sobre educação ambiental, bem como implicações para o currículo. Em 1991, uma proposta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), destaca o princípio de desenvolvimento sustentável. Essa ideia teria um impacto importante nas discussões ambientais com consequências para a educação ambiental, como se tornaria evidente, no ano seguinte, em 1992, na realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - também conhecida como “Rio 92”. Deste evento surgiu a Agenda 21, bem como a Carta Brasileira de Educação Ambiental. Mas talvez o conceito mais destacado naquela conferência seja o de sustentabilidade, que iria inspirar abordagens e práticas pedagógicas, constituindo-se um novo princípio curricular que tem persistido no discurso da educação ambiental, entre alguns grupos, até o momento.

Em 1999, o MEC, através da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), propõe que a educação ambiental seja desenvolvida no currículo de todos os níveis educacionais, incluindo a Educação Básica, e institui como princípio básico da educação ambiental, o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade”. Dessa forma, vemos um esforço de inserção da educação ambiental no currículo da Educação Infantil, bem como do Ensino Médio, a exemplo do que havia ocorrido em relação ao Ensino Fundamental. E, finalmente, em 2000, vamos encontrar no texto do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2000), a proposta de que a educação ambiental fosse articulada como “tema transversal” e “desenvolvida como uma prática educativa interdisciplinar integrada, contínua e permanente”. Dessa forma, tal como havia sido orientado em relação ao Ensino Fundamental, também no Ensino Médio a educação